



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **0292083-8/01**
EMBARGANTE(S): **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**
EMBARGADO(S): **JOSÉ RODRIGUES FERREIRA**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO APENAS PARA EFEITO DE PREQUESTIONAMENTO. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO GUERREADO.

- O Acórdão ora hostilizado não se encontra elvado de nenhum dos vícios ensejadores da interposição de Embargos de Declaração, posto que, inexistente obrigação para que o magistrado analise todas as alegações das partes, quando apenas uma ou algumas delas já têm força suficiente para formar o seu convencimento.
- Embargos Declaratórios conhecidos apenas para declarar o prequestionamento explícito do seguinte dispositivo: artigo 206, § 3º, IX do CC, mantendo, em todos os termos, o acórdão prolatado no Recurso de Agravo nº 0292083-8/01.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº **0292083-8/01**, em que figura como Embargante a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** e como Embargado **JOSÉ RODRIGUES FERREIRA**. Acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **conhecer** do presente recurso, apenas para declarar o prequestionamento da matéria, mantendo, em todos os termos, o acórdão prolatado no Recurso de Agravo nº 0292083-8/01, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26.03.2013


Des. **ITABIRA DE BRITO FILHO**
- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **0292083-8/01**
EMBARGANTE(S): **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO**
SEGURO DPVAT S/A
EMBARGADO(S): **JOSÉ RODRIGUES FERREIRA**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

RELATÓRIO:

A Seguradora ingressou com os presentes Aclaratórios em face de acórdão prolatado por esta Câmara nos autos do Recurso de Agravo de nº 0292083-8/01, que lhe negou provimento e manteve a Decisão Terminativa prolatada na Apelação Cível de nº 0292083-8.

Aduziu a empresa Embargante que o provimento fustigado apresenta omissão quanto ao pronunciamento sobre a prescrição suscitada preliminarmente nos recursos interpostos, omitindo-se, assim, quanto ao seguinte dispositivo: artigo 206, § 3º, IX do CC.

Este recurso teve, precipuamente, a finalidade do prequestionamento da matéria.

É o relatório.

Tratando-se de feito que não depende de inclusão em pauta, apresento à mesa para julgamento.

Recife, 26-03-2013


Des. ITABIRA DE BRITO FILHO
- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **0292083-8/01**
EMBARGANTE(S): **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO**
SEGURO DPVAT S/A
EMBARGADO(S): **JOSÉ RODRIGUES FERREIRA**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

VOTO:

O presente Aclaratório foi intentado com o fito de ver retificado a omissão apontada e tornar expresso o prequestionamento da matéria como condição para interposição dos recursos nas instâncias superiores.

Insta destacar que o acórdão fustigado trata, claramente, das razões que ensejaram o não provimento do Recurso de Agravo interposto.

Ademais, em que pese a fundamentação exaustiva sobre o não acolhimento da preliminar prejudicial de mérito apontada, qual seja, a prescrição, o magistrado não é obrigado a analisar todas as alegações das partes, quando apenas uma ou algumas delas já tem força suficiente para formar o seu convencimento. Não há, pois, qualquer exigência de que deva existir resposta de "ponto por ponto" alegado pela parte, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS INEXISTENTES. (ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CERTAME LICITATÓRIO. MERA IRREGULARIDADE.) 1. Os órgãos julgadores não estão obrigados a examinar todas as teses levantadas pelo jurisdicionado durante um processo judicial, bastando que as decisões proferidas estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inc. IX, da Constituição da República vigente. Isto não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. Precedentes. 3. [...]. (EDcl no REsp 947.953/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Jul. em 23/11/2010, DJe 02/12/2010, sem grifos no original).

Nesse contexto, afirmou a Embargante que o Acórdão prolatado por esta Câmara apresentou omissão quanto à legislação aplicável ao caso em análise, qual seja: artigo 206, § 3º, IX do CC.

Ora, não merecem prosperar tais alegações, posto que restou amplamente discutida a questão ventilada nos autos, sobretudo no tocante ao prazo prescricional de três anos fixado pelo art. 206, § 3º, IX do CC.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

Com efeito, a questão cinge-se quanto ao termo *a quo*, do aludido prazo. Entendeu esta relatoria, com lastro em vasta jurisprudência colacionada no julgado guerreado, que a contagem do prazo prescricional de três anos se dá a partir da data em que foi ou não constatada a inequívoca invalidez permanente da vítima, através do laudo médico, com fulcro na súmula 278 do STJ¹.

Em obediência a aludida súmula, foi considerado como termo *a quo* o momento da realização do exame complementar pelo Instituto de Medicina Legal do Estado de Pernambuco, que na hipótese dos autos ocorreu em 12/01/2011, não havendo, portanto, que se falar em transcurso do prazo prescricional, vez que a presente ação foi proposta em 12/05/2011.

Ante as razões acima esposadas, acautelando-se de eventual omissão na apreciação de algum dispositivo legal, **VOTO** pelo conhecimento dos presentes Embargos Declaratórios, apenas para declarar o prequestionamento da matéria, mantendo, em todos os termos, o Acórdão prolatado no Recurso de Agravo nº 0292083-8/01.

É como voto, Srs. Desembargadores.

Recife, 26-03-2013


Des. **ITABIRA DE BRITO FILHO**
- Relator -

¹ Súmula 278 do STJ: O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral.